

Verba extra forma um novo orçamento

Já se encontram na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional os projetos de lei de números 91 a 107, encaminhados no início da semana pelo Poder Executivo e que tratam de autorização para abertura de créditos adicionais e suplementares ao Orçamento Fiscal da União deste ano, cujo montante supera NCz\$ 100 bilhões.

Devido ao montante de recursos solicitados, já há assessores parlamentares fazendo comparações com o projeto de lei orçamentária para o próximo ano. "Essas solicitações constituem quase que um novo orçamento", comentou um assessor ligado à Comissão Mista de Orçamento, ao tomar conhecimento dos novos projetos. Com o acúmulo de mais 17 projetos, crescem as pressões sobre a Comissão, o que tem provocado as mais variadas reações, pois esses projetos precisam ser votados antes do orçamento para o próximo ano e o Congresso só dispõe de mais oito dias para encerrar seus trabalhos, sem a necessidade de recorrer a uma prorrogação.

Em situação bem mais delicada ficou o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que havia dito há algumas semanas que não aceitaria examinar mais nenhum projeto para abertura de créditos no atual orçamento. Ontem, o deputado esteve durante boa parte da manhã esperando que S secretaria Geral do Congresso Nacional liberasse o projeto de lei 107, principalmente por causa dos recursos destinados ao Fundo de Previdência e Assistência Social, que totalizam NCz\$ 2,2 bilhões. Cid Carvalho chegou inclusive a manter contatos com o ministro da Previdência, Jader Barbalho, sobre o assunto.

PROJETOS

Entre os projetos de lei encaminhados pelo Executivo destacam-se os que receberam os números 94, 105, 106 e 107. O projeto de número 94 trata de abertura de crédito adicional até o limite de NCz\$ 1,6 bilhão, destinados ao Fundo Aeronáutico; o de número 105, no montante de NCz\$ 67,2 bilhões, para atender a despesas com o serviço da dívida de diversos órgãos; o de número 106, para créditos adicionais até o limite de NCz\$ 27 bilhões, destinados à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais; e o de número 107, cujos cré-

ditos adicionais atingem NCz\$ 5,9 bilhões e se destinam a atender necessidades como suplementação de transferências para o Sinpas, ressarcimento à RFFSA pela prestação de serviços anti-econômicos, suplementação de dotações destinadas ao Programa de Distribuição de Leite, além de suplementação para atender à política de equalização dos preços do açúcar e do álcool.

Para o atendimento de despesas com o pagamento do serviço da dívida pública federal e da dívida externa com aval da União, através de créditos especiais, a justificativa apresentada é que a variação dos valores em relação à previsão decorre da aceleração inflacionária, que implica a automática correção do principal de toda a dívida; e dos efeitos da elevação das taxas reais de juros.

Os NCz\$ 27 bilhões solicitados para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais têm como justificativas a mudança dos níveis inflacionários previstos para os meses de outubro e novembro, bem como os reajustes salariais concedidos aos servidores da administração pública federal, direta e indireta.

De acordo com exposição de motivos encaminhada pela Sepplan, "estimativas mais recentes das receitas do Tesouro Nacional indicam que a frustração na arrecadação para os Programas Especiais (PIN/Proterra) não se verificará na magnitude prevista nos cálculos que deram origem à Lei 7.860". As despesas com pessoal e encargos sociais serão cobertas com a disponibilidade gerada pela própria alteração da Lei 7.860 e pela emissão de títulos do Tesouro Nacional.

CABIDE

Incorporado ao Projeto de Lei de número 107 está o atendimento de diversas necessidades, de vários órgãos. Essas despesas também serão atendidas através da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária federal. Além da suplementação de transferências para o Sinpas, ressarcimento da RFFSA e suplementação de dotações destinadas ao Programa de Distribuição de Leite, também podem ser destacadas entre outras solicitações: recursos para pagamento de obrigações da Nuclebrás; suplementação de dotações destinadas à contrapartida de financiamentos de agências internacionais a diversos órgãos; e recursos para eletrificação rural.